



Orçamento 2024

Lula garante fundo eleitoral de R\$ 4,9 bi; emendas de comissão perdem R\$ 5,6 bi

— Presidente sanciona lei orçamentária com redução do valor projetado para parte das transferências parlamentares; dinheiro público para as eleições municipais é recorde

FERNANDA TRISOTTO
CAIO SPECHOTO
SOFIA AGUIAR
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem a Lei Orçamentária Anual (LOA) com vetos que incluem um corte de R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares. A informação foi confirmada pelo relator do Orçamento de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP). O valor de R\$ 4,9 bilhões do fundo eleitoral para campanhas municipais, aprovado pelo Congresso em dezembro passado, a princípio, foi mantido, segundo o senador Randolfe Rodrigues (AP), líder do governo no Congresso.

“Falando pela área econômica do governo, até poderíamos optar ou preferir um fundo menor, mas foi uma decisão do Congresso”, disse (*mais informações na pág. A10*).

O corte nas chamadas emendas de comissão foi necessário por causa da diferença entre o IPCA estimado e o realizado — a inflação de 2023 fechou em 4,62%, mas as despesas foram calculadas sobre projeção de alta de 4,85%. Essas emendas são consideradas as “herdeiras” do chamado orçamento secreto — extinto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022 — porque também seguem a lógica de distribuição segundo os interesses das cúpulas da Câmara e do Senado.

ARRECADAÇÃO. “O presidente sancionou o Orçamento com alguns vetos. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, vai concluir de onde (*nas comissões*) vão ser retirados esses vetos nos próximos dias. Logicamente, pela redução do IPCA, o governo perdeu a arrecadação e, por isso, ele teve de fazer alguns cortes, que a ministra se comprometeu a fazer isso o mais rápido possível, para nos passar e discutir como vai ser a reposição disso”, afirmou.

Motta confirmou que a diferença apresentada por Tebet em reunião foi de R\$ 5,6 bilhões, e que a redução no Orçamento incluía as emendas, mas sem especificar o tipo.

O *Estado/Broadcast* antecipou na sexta-feira que havia a



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Executivo

Saúde e educação poupadas de corte, afirma ministro

— Lula e Alckmin na reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, no Planalto (*mais informações, pág. B1 a B3*). “O presidente Lula, a ministra Simone Tebet, toda a equipe, no momento da decisão do corte (*de recursos da LOA*), resolveu, primeiro, poupar integralmente saúde e educação de qualquer tipo de corte”, disse o ministro Alexandre Padilha. ●

Para lembrar

Modalidade de emendas sem transparência

Recursos

Como mostrou o *Estadão*, o pagamento de emendas parlamentares sem transparência continuará em 2024 por decisão do Congresso. Com o corte de R\$ 5,6 bilhões nas emendas de comissão (que somavam cerca de R\$ 16,7 bilhões no projeto), os valores devem ficar perto de R\$ 20 bilhões

Modalidades

No Orçamento deste ano, a falta de transparência se dá em duas frentes: nas emendas de comissão e nas transferências especiais, conhecidas como “emendas Pix”

Como funcionam

Na emenda de comissão, os nomes dos autores das indicações são omitidos — tudo o que aparece é o nome do colegiado. Já na “emenda Pix”, os autores são conhecidos, mas o uso da verba se torna opaco

do o deputado, o governo teria se comprometido a negociar a reconstrução do valor total de emendas.

O relator participou de reunião com o presidente Lula, Simone Tebet e outros três ministros do governo: Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Esther Dweck (Gestão).

NOVO PAC. Randolfe, que também esteve no encontro, afirmou que o veto na LOA não necessariamente foi para alocar recursos no Novo Programa de Aceleração (PAC), e a peça orçamentária será sancionada com R\$ 54,5 bilhões ao programa.

À imprensa após a reunião, o senador confirmou que o veto de R\$ 5,6 bilhões se refere às emendas de comissão. De acordo com ele, contudo, o veto foi “unicamente” devido à diferença entre o IPCA estimado e o realizado.

“Tem uma circunstância no orçamento que temos, governo e Congresso, que celebrar, que é o fato de termos tido uma inflação menor. Tendo inflação menor, temos uma

Limite
O presidente Lula sancionou a Lei Orçamentária Anual no último dia do prazo

previsão de receita menor. Isso impôs alguns vetos. Tivemos que destinar um veto de R\$ 5,6 bilhões, estabelecendo R\$ 11 bilhões para os recursos de comissão”, afirmou o líder do governo.

Randolfe destacou que o veto visa a “acomodar recursos no Orçamento”, não necessariamente para o PAC. “Vamos agora debater e conversar com o Congresso para encontrar as melhores soluções”. ●